



PROJETO BÁSICO

Contratação de empresa especializada para execução de obras de urbanização e revitalização da Praça Lama Preta, obras de drenagem com cobertura do Canal da Lama Preta, sob regime de empreitada por preço unitário, na Rua Otávio Mangabeira, SN, Bairro Lama Preta, Camaçari-BA.

PROJETO BÁSICO Nº 258/2026

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. JUSTIFICATIVA	4
3. LOCAL DE EXECUÇÃO	5
4. ESCOPO DAS ATIVIDADES	5
5. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO	7
6. PRAZOS E VIGÊNCIA.....	7
6.1 Vigência	7
6.2 Prazo de execução	8
7. MEDIÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO.....	8
8. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	9
8.1. Valor	9
8.2 Dotação Orçamentária.....	10
9. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA	10
10. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	13
10.1 Enquadramento da contratação	13
10.2 Subcontratação.....	14
10.3 Consórcio	15
10.4 Garantia da contratação	16
10.5 Parcela de relevância	16
10.6 Vistoria	17
10.7 Garantia de proposta (condição de pré-habilitação).....	18
11. OBRIGAÇÕES.....	18
11.1 Da Contratada	18
11.2 Da Contratante	23
12. DISPOSIÇÕES DAS PROPOSTAS E JULGAMENTO	26
13. SANÇÕES	28

PROJETO BÁSICO Nº 258/2026

1. INTRODUÇÃO

A presente **Contratação de empresa especializada para execução de obras de urbanização e revitalização da Praça Lama Preta, obras de drenagem com cobertura do Canal da Lama Preta, sob regime de empreitada por preço unitário, na Rua Otávio Mangabeira, SN, Bairro Lama Preta, Camaçari-BA**, deverá ser em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.

Todos os serviços a serem executados deverão observar integralmente as seguintes diretrizes, normas e padrões técnicos, bem como a legislação vigente aplicável à execução de obras públicas de engenharia:

a. Legislação Aplicável

- Lei Federal nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- Lei Federal nº 15.210/2025 - Altera a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- Lei Complementar nº 123/2006 - Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, e suas alterações posteriores;
- Lei Municipal nº 803, de 11 de julho de 2007 - Dispõe sobre normas locais correlatas aplicáveis à matéria;
- Decreto Municipal nº 7.903/2023 - Regulamenta dispositivos da Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito da Administração Pública Municipal de Camaçari/BA;
- Demais legislações federais, estaduais e municipais correlatas às obras de engenharia, ao meio ambiente, à segurança do trabalho e às contratações públicas.

b. Normas Técnicas e Operacionais

- Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), cabíveis aos serviços de construção civil, com destaque para a NR-18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção;
- Na ausência de normas brasileiras aplicáveis, deverão ser observadas as normas internacionais equivalentes, preferencialmente aquelas editadas por entidades reconhecidas, tais como a ISO (International Organization for Standardization) e a ASTM (American Society for Testing and Materials).

PROJETO BÁSICO Nº 258/2026

c. Sustentabilidade e Conformidade Ambiental

- A execução dos serviços deverá observar integralmente a legislação ambiental vigente, bem como as condições estabelecidas pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente de Camaçari (SEDUR), responsável pelo licenciamento ambiental no âmbito municipal.

2. JUSTIFICATIVA

A contratação justifica-se pelo estado de degradação física e funcional da Praça Lama Preta e pela necessidade de fechamento do Canal da Lama Preta a céu aberto, intervenção estruturante que viabiliza a ampliação e requalificação integral do espaço público. Vistoria técnica prévia evidenciou as seguintes condições:

a) Canal a céu aberto: o Canal da Lama Preta, com aproximadamente 192 metros de extensão e seção de 1,50×1,50m, atravessa a área da praça exposto, constituindo risco permanente de acidentes — especialmente para crianças —, vetor de proliferação de vetores de doenças, fonte de mau cheiro e barreira física que fragmenta e reduz a área utilizável da praça. O fechamento do canal por meio de galeria de aduelas pré-moldadas CA, além de solucionar definitivamente o problema de drenagem pluvial do bairro, incorporará aproximadamente **864 m²** à área da praça, viabilizando o projeto de requalificação em sua totalidade.

b) Pavimentação e acessibilidade: piso existente danificado, irregular e sem conformidade com os requisitos de acessibilidade universal estabelecidos pela ABNT NBR 9050:2020, constituindo risco de acidentes e impedindo o acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

c) Iluminação pública: sistema de iluminação deficiente ou inexistente em setores da praça, comprometendo a segurança dos usuários no período noturno e inviabilizando o uso do espaço além do horário diurno.

d) Equipamentos de esporte e lazer: ausência ou inadequação de equipamentos para a prática de exercícios físicos, esportes e lazer, não atendendo à demanda da população residente no entorno.

PROJETO BÁSICO Nº 258/2026

e) **Espaços de convivência:** inexistência de áreas estruturadas de convivência, mobiliário urbano, paisagismo e cobertura vegetal adequados, resultando em subutilização crônica do espaço público e ausência de condições mínimas de conforto ambiental.

A intervenção projetada contempla, de forma integrada: o fechamento do canal a céu aberto com galeria de concreto armado (aduelas 1,50×1,50m, 192m de extensão), pavimentação em piso intertravado e concreto, pista de cooper de 200 metros, concha acústica, quiosques, pergolado, ponto de mototáxi, equipamentos esportivos e de lazer, parque infantil, academia ao ar livre, instalações elétricas com iluminação em LED, paisagismo, mobiliário urbano e sinalização viária, totalizando área de intervenção de **9.210,48 m²**.

A contratação de empresa especializada de engenharia é necessária em razão da complexidade técnica das obras, da ausência de estrutura operacional própria da Administração para execução direta, e da necessidade de garantir qualidade técnica, segurança das intervenções e controle de prazos e custos, em observância aos princípios da eficiência e da economicidade previstos no art. 11 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3. LOCAL DE EXECUÇÃO

Rua da Lama Preta, s/nº, bairro da Lama Preta, sede do município de Camaçari, Bahia.

4. ESCOPO DAS ATIVIDADES

O escopo da contratação compreende a execução de obras de urbanização e revitalização da Praça Lama Preta e tamponamento do Canal da Lama Preta, incluindo, dentre outros:

- serviços preliminares de mobilização, instalação de canteiro, tapumes e sinalização de obra;
- serviços de demolição, remoção de pavimentos existentes e retirada de entulho;
- tamponamento do Canal da Lama Preta com galeria de aduelas pré-moldadas em concreto armado, seção 1,50×1,50m, com execução de escavação, escoramento de vala, assentamento das aduelas, reaterro e poços de visita;
- execução de microdrenagem pluvial com tubulações, sarjetas e caixas coletoras;
- pavimentação viária com fresagem, recapeamento asfáltico e sinalização horizontal das vias do entorno;

PROJETO BÁSICO Nº 258/2026

- execução de passeios e áreas de convivência em piso intertravado e piso de concreto, com acessibilidade conforme ABNT NBR 9050:2020;
- execução de pista de cooper em concreto pigmentado;
- execução de rampas com corrimão, escadarias e muretas com revestimento em pastilha cerâmica;
- construção de concha acústica com estrutura metálica, ponto de mototáxi, quiosques, pergolado e demais estruturas de convivência;
- reforma do campo de futebol existente com substituição de alambrado e rede de proteção;
- execução de campo de futevôlei em areia com alambrado;
- instalação de academia ao ar livre com piso emborrachado drenante;
- instalação de parque infantil com equipamentos homologados pelo INMETRO e piso emborrachado drenante;
- instalações elétricas com postes, luminárias LED, balizadores e sistema de aterramento;
- instalações hidráulicas com pontos de água e bebedouros públicos acessíveis;
- execução de paisagismo com plantio de árvores, arbustos, palmeiras, forrações e grama esmeralda em placas;
- fornecimento e instalação de mobiliário urbano — bancos, lixeiras, bicicletário e balizadores;
- sinalização viária horizontal e vertical nas vias do entorno;
- limpeza geral e desmobilização do canteiro de obras.

Os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas técnicas da ABNT, legislações vigentes, especificações técnicas aplicáveis e demais diretrizes estabelecidas pela Administração, tendo o projeto básico, os memoriais descritivos e a planilha orçamentária referencial como documentos vinculantes da contratação.

A medição dos serviços será realizada mensalmente, com base nas unidades e quantitativos previstos na planilha orçamentária referencial, considerando os serviços efetivamente executados e atestados pela fiscalização competente.

PROJETO BÁSICO Nº 258/2026

5. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços deverá observar rigorosamente as condições técnicas estabelecidas neste Projeto Básico, a legislação vigente e as normas técnicas aplicáveis à construção civil.

Os serviços deverão ser executados de forma contínua e planejada, considerando a natureza de obra de reforma e requalificação urbanística de praça, de modo a assegurar a adequada integração entre os serviços já executados e aqueles a serem realizados.

a) Planejamento executivo

A execução deverá seguir planejamento compatível com a sequência lógica dos serviços, garantindo a continuidade da obra e o cumprimento dos prazos estabelecidos.

b) Responsabilidade técnica

Os serviços deverão ser executados sob responsabilidade de profissional habilitado, com registro no conselho profissional competente.

d) Padrões técnicos e qualidade

A execução deverá atender às normas da ABNT, legislações vigentes e padrões técnicos exigidos para obras públicas, devendo os materiais e serviços observar requisitos de qualidade, durabilidade e desempenho.

e) Fiscalização

A execução estará sujeita à fiscalização da Administração, que poderá acompanhar os serviços, verificar sua conformidade e exigir adequações quando necessário.

f) Execução por etapas

Os serviços poderão ser executados por etapas, conforme planejamento da Administração, mediante emissão de Ordens de Serviço.

6. PRAZOS E VIGÊNCIA

6.1 Vigência

O prazo de vigência/duração do CONTRATO é de **10 (dez) meses** a contar da data de sua assinatura.

PROJETO BÁSICO Nº 258/2026

6.2 Prazo de execução

Conforme o Cronograma Físico-Financeiro, o prazo total estimado para execução é de **8 (oito) meses**, com etapas mensais de execução física e desembolso financeiro, contados a partir da ordem de serviço – OS.

7. MEDIÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão realizados com base nos serviços **efetivamente executados**, medidos e aceitos pela fiscalização da CONTRATANTE, em conformidade com os critérios técnicos estabelecidos neste Projeto Básico e com as unidades previstas na planilha orçamentária da contratação.

a) Critérios de medição

A medição dos serviços deverá observar:

- a aferição quantitativa dos serviços executados, conforme unidades e critérios definidos na planilha orçamentária;
- a conformidade dos serviços com as especificações técnicas, normas aplicáveis e padrões de qualidade exigidos;
- a compatibilização entre os serviços executados;
- o registro dos serviços executados por meio de boletins de medição, acompanhados de memória de cálculo e documentação comprobatória.

b) Periodicidade das medições

As medições serão realizadas periodicamente, conforme cronograma físico-financeiro, mensalmente, de acordo com o andamento da obra.

c) Condições para pagamento

O pagamento ficará condicionado à:

- apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente;
- aprovação da medição pela fiscalização;

PROJETO BÁSICO Nº 258/2026

- comprovação da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da CONTRATADA;
- apresentação da documentação técnica exigida para fins de medição.

d) Prazo de pagamento

Os pagamentos serão efetuados no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pela fiscalização, conforme legislação vigente.

e) Glosas e retenções

Poderão ser realizadas glosas ou retenções nos pagamentos, nos seguintes casos:

- serviços executados em desconformidade com as especificações técnicas;
- divergências entre os quantitativos medidos e os efetivamente executados;
- pendências contratuais ou documentais;
- descumprimento de obrigações pela CONTRATADA.

f) Serviços não aceitos

Os serviços rejeitados pela fiscalização deverão ser corrigidos ou refeitos pela CONTRATADA, às suas expensas, não sendo considerados para fins de medição e pagamento até sua regularização.

g) Regime de execução

A contratação será executada sob o regime de **empreitada por preço unitário**, sendo o pagamento realizado de acordo com os quantitativos efetivamente executados, medidos e aceitos.

8. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O orçamento estimado da contratação foi elaborado com base em composições de custos unitários, memórias de cálculo e quantitativos levantados tecnicamente.

8.1. Valor

PROJETO BÁSICO Nº 258/2026

O valor total estimado para a contratação é de: **R\$ 7.958.733,28** (Sete milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, setecentos e trinta e três reais e vinte e oito centavos).

8.2 Dotação Orçamentária

Projeto/Atividade: 3031

Elemento de Despesa: 339039/449051

Fonte: 1500 / 1720

9. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

Nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, os critérios de habilitação técnica tem por finalidade comprovar que a licitante possui qualificação técnica compatível com a adequada execução do objeto contratual.

a) Registro em entidade profissional:

A licitante deverá apresentar comprovação de registro ou inscrição com validade vigente, tanto da empresa quanto de seus responsáveis técnicos, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), correspondente à sua área de atuação.

b) Atestados de capacidade técnica:

b.1) Capacidade técnico-operacional:

Apresentar **atestado** em nome da licitante, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de serviço de características semelhantes ao objeto licitado, sendo exigida a comprovação da execução dos seguintes itens:

SERVIÇO	UN	QTDE
Execução/assentamento de galeria ou aduela pré-moldada de concreto armado para drenagem urbana	M	96
Execução de pavimentação em piso intertravado de concreto	M ²	1.551
Execução de passeio/piso de concreto armado moldado in loco	M ³	68
Aterro mecanizado de vala com escavadeira hidráulica	M3	671

Parágrafo único. Os atestados apresentados deverão demonstrar compatibilidade técnica com o objeto da contratação, evidenciando experiência anterior na execução de obras de

PROJETO BÁSICO Nº 258/2026

urbanização e infraestrutura urbana compatíveis com as características, complexidade e natureza dos serviços licitados.

b.2) Capacidade técnico-profissional:

Apresentar **atestado** em nome do(s) profissional(is) que atuará(ão) como responsável(is) técnico(s) pela execução contratual, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, relativo a serviços compatíveis com o objeto licitado, devidamente registrado no conselho profissional competente e acompanhado da respectiva **Certidão de Acervo Técnico – CAT**, contendo os seguintes itens:

SERVIÇO
Execução/assentamento de galeria ou aduela pré-moldada de concreto armado para drenagem urbana
Aterro mecanizado de vala com escavadeira hidráulica
Execução de pavimentação em piso intertravado de concreto
Execução de passeio/piso de concreto armado moldado in loco

Observações importantes:

1. Os atestados deverão ser emitidos em papel timbrado da instituição responsável contendo: CNPJ, endereço, telefone, data de emissão, nome e cargo/função do signatário, bem como descrição do objeto, das atividades realizadas e o período da execução contratual.
2. Será aceito atestado único que contemple tanto a licitante quanto o(s) responsável(eis) técnico(s), desde que ambos estejam expressamente mencionados no documento.
3. Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo econômico da licitante, pela própria licitante ou por empresas nas quais figurem como sócios, ou diretores, pessoas que também integrem a licitante.
4. Serão preferencialmente aceitos atestados de capacidade técnica relacionados ao objeto licitado ou a serviços similares, tais como: demolição com retirada de entulho; construção de alvenaria com execução de fundação e cobertura; construção de passeios em intertravado, concreto, pistas de cooper e ciclovias; instalações elétrica - com instalação de postes, hidráulica e drenagem; instalação de equipamentos de

PROJETO BÁSICO Nº 258/2026

ginástica, brinquedos, bancos, toldo, etc.; reforma de campo e execução de quadra; execução de espaço para shows musicais ou encenações; drenagem e paisagismo; além de outras atividades correlatas, com período mínimo de 6 (seis) meses de execução.

5. Para fins de comprovação da qualificação técnica exigida neste Projeto Básico, os atestados de capacidade técnica apresentados pelas licitantes deverão observar, obrigatoriamente, as seguintes disposições:
 - a. Os atestados deverão estar claramente identificados, com destaque visual (grifo, marcação, etiqueta ou outro meio inequívoco) exatamente nos trechos que comprovem o atendimento às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto, conforme definidas neste Projeto Básico.
 - b. A licitante deverá apresentar, em conjunto com os atestados, tabela-resumo de correlação, contendo, no mínimo:
 - descrição do serviço exigido no Projeto Básico;
 - descrição do serviço constante no atestado;
 - quantitativo exigido;
 - quantitativo comprovado;
 - número do atestado correspondente;
 - número(s) da(s) página(s) do documento onde o serviço e o quantitativo podem ser localizados.
 - c. A ausência da tabela de correlação, bem como a não identificação clara das informações relevantes nos atestados apresentados, poderá ensejar a não consideração do documento para fins de habilitação, por dificultar ou impedir a verificação objetiva do atendimento às exigências técnicas.
 - d. Não será admitida interpretação extensiva ou presunção de atendimento a partir de informações genéricas, sendo responsabilidade exclusiva da licitante demonstrar, de forma clara, objetiva e verificável, a compatibilidade entre os serviços executados e o objeto licitado.

PROJETO BÁSICO Nº 258/2026

c) **Indicação de equipe técnica e infraestrutura:**

Indicação da equipe técnica, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica (engenheiro e técnico de segurança do trabalho) que se responsabilizará pelos trabalhos. Os profissionais indicados pela licitante deverão participar do objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

d) **Declaração de conhecimento das condições locais:**

A licitante deverá apresentar declaração formal de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais pertinentes à execução do objeto da licitação, responsabilizando-se integralmente pelo cumprimento das obrigações contratadas.

e) **Declaração de Conformidade Ambiental:**

A licitante deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, de que os materiais de origem mineral (tais como areia, brita, cascalho, argila e outros) a serem empregados na execução dos serviços previstos na planilha orçamentária serão adquiridos de jazidas, pedreiras ou usinas que possuam licença ambiental emitida pelo órgão competente, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

10. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

10.1 Enquadramento da contratação

O objeto a ser contratado enquadra-se como **obra de engenharia**, nos termos da legislação vigente, uma vez que envolve a execução de serviços demolição, construção de alvenaria, construção de passeios, instalações elétrica, hidráulica e drenagem, instalação de equipamentos, reforma de campo, execução de quadra, drenagem e paisagismo, enfim, obra de reforma e requalificação urbanística da Praça da Lama Preta, localizada em Camaçari.

Os serviços que compõem as obras estão integralmente enquadrados como **serviços comuns de engenharia**, por serem caracterizados por ações objetivamente padronizáveis quanto ao desempenho e à qualidade, com especificações técnicas amplamente conhecidas e consolidadas no setor.

PROJETO BÁSICO Nº 258/2026

As características técnicas dos serviços podem ser aferidas de forma objetiva, conforme descrito nas planilhas orçamentárias, especificações técnicas e cadernos de encargos publicados por órgãos de referência do setor, tais como SINAPI, ORSE, SBC, DNIT, entre outros, bem como por meio do acompanhamento da execução, medições e da realização de ensaios padronizados previstos em normas técnicas específicas.

Complementarmente, em análise à **Nota Técnica IBR-001/2021 do IBRAOP (Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas)**, verifica-se que, para a presente contratação:

- a mão de obra, os equipamentos e os materiais empregados são padronizáveis e amplamente disponíveis no mercado;
- os serviços integrantes do objeto são de conhecimento geral, possuindo características técnicas de fácil descrição e compreensão, inclusive pelos executores diretos da obra.

Diante dessas características, conclui-se que o objeto da presente contratação **pode ser enquadrado como obra comum de engenharia**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo compatível com procedimentos licitatórios que adotem critérios objetivos de julgamento, sem prejuízo da adequada fiscalização técnica e do atendimento às normas aplicáveis.

10.2 Subcontratação

É permitida a subcontratação parcial do objeto até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do CONTRATO, nas seguintes condições, conforme Lei Municipal nº 803 de 11 de julho de 2007:

- A subcontratação depende de autorização prévia do CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a

PROJETO BÁSICO Nº 258/2026

CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

- A CONTRATADA apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.
- É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do CONTRATO, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

10.3 Consórcio

Considerando a natureza do objeto da presente contratação, que exige execução uniforme, atuação centralizada e responsabilidade técnica indivisível, não será admitida a participação de consórcios no certame.

A vedação justifica-se pelos seguintes motivos:

- **Unicidade da Responsabilidade Técnica e Operacional:** O objeto demanda controle técnico contínuo, com responsabilidade única pela execução, o que inviabiliza a divisão de atribuições entre consorciados e dificulta o acompanhamento, a fiscalização e eventual responsabilização.
- **Complexidade Administrativa na Gestão Contratual:** A participação de consórcios implicaria a necessidade de análise de documentos adicionais (contrato de constituição, garantias compartilhadas, etc.) e dificultaria o gerenciamento do CONTRATO, inclusive para aplicação de sanções e exigência de responsabilidades contratuais.
- **Razoabilidade e Eficiência:** Com base no princípio da eficiência e no dever de planejamento, opta-se por vedar consórcios a fim de reduzir riscos contratuais, simplificar a gestão do CONTRATO e garantir a celeridade na execução.

PROJETO BÁSICO Nº 258/2026

- **A ausência de consórcio** não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios só é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade técnica ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital.

Portanto, em consonância com o art. 15, da Lei Federal nº 14.133/2021, e fundamentado na necessidade de garantir a adequada execução contratual com segurança técnica e jurídica, justifica-se a vedação à participação de consórcios nesta contratação.

10.4 Garantia da contratação

Será exigida a prestação de garantia contratual, nos termos dos arts. 96 a 102 da Lei Federal nº 14.133/2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor do CONTRATO.

Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do CONTRATO.

A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do CONTRATO.

O CONTRATO oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

10.5 Parcela de relevância

A definição das parcelas de maior relevância técnica considerou não apenas a representatividade financeira dos serviços na Curva ABC, mas também sua criticidade funcional, complexidade executiva e impacto direto na segurança, durabilidade e desempenho da obra, em conformidade com o art. 67 da Lei nº 14.133/2021 e jurisprudência atual do Tribunal de Contas da União.

Dessa forma, serão exigidas comprovações de capacidade técnico-operacional e técnico-profissional compatíveis com os seguintes serviços:

ITEM 1 – EXECUÇÃO DE GALERIAS/ADUELAS PRÉ-MOLDADAS DE CONCRETO ARMADO PARA DRENAGEM URBANA

Serviço de elevada complexidade técnica, relacionado à infraestrutura de drenagem estrutural da obra, envolvendo escavação, regularização, assentamento, alinhamento

PROJETO BÁSICO Nº 258/2026

geométrico, estanqueidade, reaterro e compatibilização hidráulica, sendo essencial para o adequado funcionamento do sistema de macrodrenagem e segurança operacional do empreendimento.

ITEM 2 – EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM PISO INTERTRAVADO

Serviço relevante para a funcionalidade urbana, mobilidade, acessibilidade e durabilidade da urbanização, exigindo controle tecnológico, preparo de subleito, compactação, nivelamento e correta execução do sistema de pavimentação.

ITEM 3 – EXECUÇÃO DE PASSEIO/PISO DE CONCRETO ARMADO MOLDADO IN LOCO

Serviço relacionado à infraestrutura de circulação e acessibilidade urbana, demandando controle executivo quanto à armação, concretagem, nivelamento, acabamento superficial, juntas de dilatação e desempenho estrutural, sendo indispensável à funcionalidade e segurança dos usuários.

ITEM 4 – ATERRO MECANIZADO DE VALA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA

O aterro mecanizado de vala é executado diretamente sobre a galeria de aduelas pré-moldadas já assentada, item correspondente a 15,00% do valor contratual. A compactação inadequada — em especial nas condições de solo mole e nível d'água elevado da área de intervenção — provoca recalque diferencial, deslocamento lateral das aduelas e comprometimento da estanqueidade das juntas, com dano irreversível ao sistema de drenagem implantado e aos pisos sobrepostos.

Embora não atinja individualmente o percentual de 4% previsto no art. 67, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, a relevância técnica do item justifica a exigência de comprovação de experiência, nos termos do Acórdão nº 464/2026-TCU-Plenário, sem que isso implique restrição indevida à competitividade do certame.

As exigências estabelecidas observam os princípios da proporcionalidade, razoabilidade, competitividade e interesse público, limitando-se às parcelas efetivamente relevantes e indispensáveis à adequada execução do objeto.

10.6 Vistoria

Caso a licitante deseje, poderá realizar visita técnica ao local de execução dos serviços.

A comprovação da visita será emitida pela **Secretaria da Infraestrutura da Prefeitura**

PROJETO BÁSICO Nº 258/2026

Municipal de Camaçari (SEINFRA), devendo ocorrer anteriormente à data de apresentação da proposta.

A visita técnica deverá ser agendada previamente pelo telefone (71) 3644-9704, ou pelo email gabinete.seinfra@camacari.ba.gov.br.

Para a realização da visita, o representante da empresa interessada deverá apresentar declaração emitida pela licitante, comprovando seu credenciamento e autorização para representá-la.

Não será permitida a representação de mais de uma empresa pelo mesmo representante.

10.7 Garantia de proposta (condição de pré-habilitação)

Na forma prevista no art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021 será exigida como condição para participação no certame, a apresentação de garantia de proposta com prazo de validade de no mínimo 120 (cento e vinte) dias, contados da abertura da licitação, no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação.

Conforme o disposto no § 4º do art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021, a garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades previstas no §1º do art. 96 da referida Lei.

Para fins de manutenção da condição de proponente habilitada e de regular participação no certame, as licitantes que apresentarem propostas deverão, obrigatoriamente, anexar no próprio sistema de licitações, a garantia de proposta sob pena de ser inabilitada e sofrer as sanções administrativas cabíveis, para apuração de eventual declaração falsa ou conduta inidônea perante o município.

11. OBRIGAÇÕES

11.1 Da Contratada

A CONTRATADA obriga-se a

11.1.1 Apresentação de Relatórios, Laudos Técnicos e Documentação

Apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, **Relatório Técnico Mensal** referente aos serviços e obras executados no período, contendo no mínimo:

- a) identificação das datas de execução dos serviços e das respectivas Ordens de Serviço;

PROJETO BÁSICO Nº 258/2026

- b) identificação do responsável técnico pela execução, com indicação do profissional habilitado e das respectivas **ARTs ou RRTs**, quando aplicável;
- c) descrição detalhada dos serviços, estudos, projetos e obras realizados, em conformidade com o escopo definido nas Ordens de Serviço e no cronograma aprovado;
- d) registro das condições das áreas, unidades ou frentes de obra atendidas, indicando, quando pertinente, necessidades de adequações, ajustes técnicos ou correções;
- e) registro das ocorrências verificadas no período, incluindo intervenções corretivas, preventivas ou emergenciais eventualmente realizadas;
- f) registro fotográfico representativo das atividades executadas e das condições verificadas, preferencialmente com georreferenciamento, quando aplicável;
- g) nos casos em que não houver ocorrências relevantes, deverá constar expressamente a anotação “**sem ocorrências**”, com data e identificação do responsável técnico.

11.1.2 Execução Contratual, Responsabilidade Técnica e Representação

- a) cumprir fielmente o presente CONTRATO, o Termo de Referência, o Projeto Básico e os demais documentos técnicos, executando os serviços e obras sob sua **inteira responsabilidade**, dentro dos prazos e condições acordados;
- b) manter, durante toda a execução contratual, **representante legal e técnico qualificado**, com poderes para atuar em seu nome e representá-la junto à CONTRATANTE;
- c) substituir, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, qualquer profissional que apresente desempenho técnico insuficiente ou comportamento incompatível com a execução dos serviços;
- d) comunicar imediatamente e por escrito à CONTRATANTE qualquer anormalidade, interferência ou risco identificado na execução dos serviços ou das obras;
- e) responsabilizar-se integralmente por danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução contratual.

11.1.3 Recursos Humanos, Materiais e Suporte Operacional

- a) manter pessoal devidamente capacitado, uniformizado, identificado com crachá funcional e em conformidade com as **Normas Regulamentadoras de Segurança do**

PROJETO BÁSICO Nº 258/2026

Trabalho, utilizando EPIs e EPCs adequados;

- b) executar todos os serviços e obras previstos neste Termo, utilizando materiais, equipamentos e sistemas previamente aprovados pela CONTRATANTE, que se reserva o direito de rejeitá-los quando não atenderem às especificações técnicas;
- c) substituir no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** quaisquer materiais ou serviços rejeitados pela fiscalização;
- d) assumir integral responsabilidade por transporte, mobilização, desmobilização, logística e demais despesas necessárias à execução do objeto.

11.1.4 Regularidade Legal, Ambiental e Profissional

- a) manter, durante toda a vigência contratual, todas as **condições de habilitação e qualificação técnica, jurídica, fiscal, trabalhista, previdenciária e ambiental** exigidas na licitação;
- b) registrar o CONTRATO no **CREA/BA ou CAU/BA**, arcando integralmente com os custos correspondentes;
- c) apresentar no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** contados da Ordem de Serviço inicial, as respectivas **ARTs ou RRTs**, devidamente quitadas;
- d) apresentar declaração de origem de materiais minerais, comprovando que são provenientes de jazidas devidamente licenciadas;
- e) cumprir integralmente a legislação ambiental, de resíduos sólidos, de segurança do trabalho e demais normas técnicas aplicáveis.

11.1.5 Projetos, Subcontratação e Produtos Finais

- a) subcontratar apenas mediante autorização prévia da CONTRATANTE, permanecendo integralmente responsável pelos serviços subcontratados;
- b) elaborar e entregar ao final do CONTRATO, **projetos “as built”, manuais técnicos e garantias**, conforme exigências em Norma, em especial as NBR 16280 e NBR 14037.

11.1.6 Documentação de Obra e Controle Técnico

PROJETO BÁSICO Nº 258/2026

A CONTRATADA deverá manter disponível à fiscalização em canteiro de obras ou meio digital oficial:

- a) projetos, memoriais descritivos, especificações técnicas e caderno de encargos, devidamente assinados pelos responsáveis técnicos;
- b) contratos, termos aditivos, **Diário de Obra ou Livro de Ordem**, relatórios ambientais, **PGR**, registros de controle de qualidade e demais documentos exigidos contratualmente.

11.1.7 Do controle, vigilância e segurança eletrônica da obra

A CONTRATADA deverá implantar e manter durante todo o período de execução contratual, **sistema de controle e vigilância eletrônica da obra**, observando as seguintes condições mínimas:

- a) O sistema deverá contemplar, no mínimo:
 - monitoramento eletrônico por câmeras em pontos estratégicos da obra;
 - controle de acesso ao canteiro com registro de entradas e saídas;
 - armazenamento das imagens por período compatível com a fiscalização contratual.
- b) O sistema de vigilância deverá permanecer operante durante todo o período de execução dos serviços, incluindo finais de semana, feriados e períodos sem atividade operacional.
- c) As imagens e registros eletrônicos deverão ser disponibilizados à **Fiscalização e à Gestão do Contrato** sempre que solicitados, para fins de acompanhamento, auditoria, apuração de ocorrências ou verificação do cumprimento contratual.
- d) Todos os custos relacionados à implantação, operação e manutenção do sistema de vigilância eletrônica **correrão exclusivamente por conta da CONTRATADA**, não gerando qualquer ônus adicional à Administração.
- e) O descumprimento desta cláusula poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas no CONTRATO, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

11.1.8 Segurança e saúde no trabalho

PROJETO BÁSICO Nº 258/2026

A CONTRATADA deverá cumprir integralmente a legislação trabalhista e as **Normas Regulamentadoras – NR** relativas à Segurança e Saúde no Trabalho expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, responsabilizando-se pela adoção de todas as medidas necessárias à prevenção de acidentes e doenças ocupacionais durante a execução dos serviços.

Para tanto, deverão ser observadas as seguintes disposições:

- a) Apresentar previamente ao início da execução dos serviços e sempre que solicitado pela fiscalização, os seguintes documentos de Segurança e Saúde no Trabalho:
 - **Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR;**
 - **Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO;**
 - **Atestados de Saúde Ocupacional – ASO** dos colaboradores envolvidos na execução contratual;
 - **Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT**, quando aplicável;
 - **Mapa de Riscos** atualizado do ambiente de trabalho;
 - **Comprovação da realização dos treinamentos obrigatórios** compatíveis com as atividades exercidas por cada função, conforme as Normas Regulamentadoras pertinentes.
- b) Fornecer gratuitamente aos seus trabalhadores, todos os **Equipamentos de Proteção Individual – EPI** adequados aos riscos das atividades em perfeito estado de conservação e funcionamento, bem como exigir e fiscalizar sua utilização durante toda a execução dos serviços nos termos da **NR-06**.
- c) Implantar, quando necessário, **Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC**, sinalização de segurança, isolamento de áreas de risco e demais medidas de proteção coletiva necessárias à prevenção de acidentes.
- d) Garantir que todos os trabalhadores estejam devidamente **treinados, capacitados e habilitados** para o exercício das atividades a serem desempenhadas, especialmente para aquelas consideradas de risco, observando-se as exigências das Normas

PROJETO BÁSICO Nº 258/2026

Regulamentadoras aplicáveis.

- e) Promover **Diálogos Diários de Segurança – DDS** ou outras ações educativas de prevenção de acidentes, sempre que a natureza das atividades assim exigir.
- f) Manter no local de execução dos serviços **responsável técnico ou profissional designado para acompanhamento das condições de segurança do trabalho**, sempre que a complexidade ou o risco das atividades assim demandar.
- g) Comunicar imediatamente à fiscalização da CONTRATANTE a ocorrência de qualquer **acidente de trabalho**, adotando as providências cabíveis e emitindo a respectiva **Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT**, quando aplicável.
- h) Responsabilizar-se integralmente por quaisquer **acidentes de trabalho, danos pessoais ou materiais** causados a seus empregados, a terceiros ou ao patrimônio público ou privado, decorrentes da execução dos serviços.
- i) Manter a área de execução dos serviços **organizada, sinalizada e em condições seguras**, garantindo a proteção de trabalhadores, usuários das edificações/espacos/vias e terceiros eventualmente expostos aos riscos das atividades.
- j) Atender prontamente às determinações da fiscalização quanto à **adoção de medidas adicionais de segurança**, sempre que identificadas situações que possam comprometer a integridade física dos trabalhadores ou de terceiros.

11.2 Da Contratante

Compete à CONTRATANTE acompanhar, gerir e fiscalizar a execução do CONTRATO, de modo a assegurar o fiel cumprimento das condições pactuadas e a obtenção dos melhores resultados para a Administração Pública, cabendo-lhe entre outras atribuições:

11.2.1 Acompanhamento, Fiscalização e Gestão Contratual

- a) acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, projetos e obras, em todas as suas fases, verificando a conformidade com o CONTRATO, o Termo de Referência, o Projeto Básico, os Projetos Executivos aprovados e demais documentos técnicos;
- b) conferir as **Notas Fiscais/Faturas**, os Relatórios Técnicos, os Boletins de Medição, as Memórias de Cálculo, os Relatórios Fotográficos e demais documentos exigidos para

PROJETO BÁSICO Nº 258/2026

fins de pagamento, procedendo ao respectivo **atesto** que certifica o recebimento provisório dos serviços executados;

- c) designar formalmente **representante(s) da Administração**, gestor(es) e fiscal(is) do CONTRATO, devidamente habilitados para acompanhar, fiscalizar, aferir, atestar e registrar a execução contratual nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2.2 Ordens de Serviço e Direcionamento da Execução

- d) ativar, suspender ou desativar o CONTRATO mediante emissão de **Ordem de Serviço** expedida pelo Secretário Municipal de Infraestrutura, definindo os serviços autorizados, os prazos de execução, as frentes de trabalho e demais condições operacionais;
- e) emitir **Ordens de Serviço parciais ou complementares**, quando necessário, autorizando a execução progressiva das etapas do objeto, as quais integrarão a documentação comprobatória da execução juntamente com os Boletins de Medição, Memórias de Cálculo e Relatórios Fotográficos do “antes e depois”;
- f) prestar orientações técnicas, operacionais e administrativas necessárias à adequada execução do CONTRATO, sempre que houver interface entre as atividades da CONTRATANTE e os empregados ou prepostos da CONTRATADA.

11.2.3 Controle de Qualidade, Aceitação e Rejeição de Serviços

- a) verificar a qualidade técnica dos serviços, projetos e obras executados, podendo solicitar ensaios, testes, esclarecimentos, ajustes ou complementações, sempre que julgar necessário;
- b) rejeitar, no todo ou em parte, os serviços, projetos ou obras executados em desacordo com as especificações técnicas, normas aplicáveis ou obrigações assumidas pela CONTRATADA, determinando a sua correção ou re-execução sem ônus adicional para a Administração;
- c) comunicar formalmente à CONTRATADA quaisquer irregularidades, falhas ou desconformidades identificadas na execução contratual, exigindo as providências cabíveis dentro dos prazos estabelecidos.

11.2.4 Medição, Pagamento e Sanções

PROJETO BÁSICO Nº 258/2026

- a) providenciar os pagamentos devidos à CONTRATADA nos prazos e condições estabelecidos no CONTRATO, observada a regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e demais exigências legais;
- b) efetuar o pagamento exclusivamente pelos serviços efetivamente executados, medidos e aceitos pela fiscalização;
- c) aplicar as **sanções administrativas cabíveis** nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e do CONTRATO em caso de inexecução total ou parcial, atraso, irregularidade ou descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA.

11.2.5 Cooperação Institucional e Apoio à Execução

- a) prestar apoio institucional à execução do CONTRATO, incluindo a liberação de frentes de serviço, articulação com outros órgãos municipais e fornecimento tempestivo das informações sob sua responsabilidade;
- b) garantir o acesso da CONTRATADA às áreas autorizadas para execução dos serviços, observadas as condições legais, ambientais e urbanísticas aplicáveis;
- c) atuar de forma coordenada com a CONTRATADA, preservando a autonomia técnica desta, sem prejuízo do exercício regular da fiscalização e do controle administrativo.

11.2.6 Segurança do trabalho

Compete à CONTRATANTE, no âmbito de suas atribuições institucionais e de fiscalização contratual, adotar as seguintes providências relacionadas à Segurança e Saúde no Trabalho:

- a) Designar servidor ou equipe responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução contratual, observando o cumprimento das obrigações relacionadas à Segurança e Saúde no Trabalho previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente.
- b) Exigir da CONTRATADA a apresentação da documentação relativa à Segurança e Saúde no Trabalho, incluindo PGR, PCMSO, ASO, LTCAT, treinamentos obrigatórios e demais documentos pertinentes, previamente ao início das atividades e sempre que solicitado durante a execução contratual.
- c) Comunicar à CONTRATADA a ocorrência de situações de risco, irregularidades ou descumprimento das normas de segurança, determinando a adoção imediata das medidas

PROJETO BÁSICO Nº 258/2026

corretivas necessárias.

- d) Suspender, quando necessário, a execução de atividades que apresentem risco iminente à integridade física de trabalhadores ou de terceiros, até que sejam adotadas as providências adequadas pela CONTRATADA.
- e) Garantir o acesso da CONTRATADA às áreas necessárias à execução dos serviços, observadas as condições de segurança e as normas aplicáveis.
- f) Acompanhar e registrar por meio da fiscalização contratual, o cumprimento das obrigações relacionadas à segurança do trabalho, sem que isso implique transferência de responsabilidade da CONTRATADA que permanece integralmente responsável pela adoção e manutenção das medidas de prevenção de acidentes e proteção à saúde de seus trabalhadores.

12. DISPOSIÇÕES DAS PROPOSTAS E JULGAMENTO

- a) Os preços usados na elaboração do orçamento se mantiveram em estrita conformidade com as composições de preços e encargos sociais de sua origem.
- b) Os encargos sociais SINAPI, anexos a planilha orçamentária, só foram utilizados nas composições de preço da base SINAPI.
- c) Para elaboração da proposta de preço, a empresa deverá usar preferencialmente o encargo social SINAPI do período da licitação ou, caso possua, deverá apresentar seu próprio cálculo de encargo social.
- d) Os serviços deverão ser executados de acordo com os elementos técnicos fornecidos, Normas Técnicas da ABNT, NR 18, Normas Específicas, Legislação em vigor, Especificações, Considerações Especiais e Planilhas Orçamentárias.
- e) Ao final da fase de lances, a empresa arrematante, quando convocada para apresentação da proposta realinhada, deverá encaminhar à Administração, por meio eletrônico e no prazo fixado na convocação e nesse edital, as planilhas devidamente reelaboradas: Planilha de orçamento, Composição dos custos unitários, Cronograma Físico-Financeiro, Detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI), Detalhamento dos Encargos Sociais (ES) e demais encargos (transporte, taxas, imposto, etc.).

PROJETO BÁSICO Nº 258/2026

- I. arquivo PDF pesquisável (OCR), a ser anexado na plataforma eletrônica; e**
- II. arquivo editável em formato Excel, a ser encaminhado, no mesmo prazo, para o e-mail licitacao.obras@camacari.ba.gov.br.**

O não atendimento integral das exigências previstas neste item poderá ensejar a desclassificação da proposta e a convocação do próximo licitante classificado, sem prejuízo das demais medidas administrativas cabíveis.

- f) As composições e a planilha de preços unitários devem ser calculadas de forma que os valores totais referentes às parcelas que as compõem sejam obtidos com arredondamento em 2 (duas) casas decimais.
- g) A composição detalhada do BDI (Bonificação de Despesas Indiretas) deverá ser elaborada de acordo com os parâmetros estabelecidos no Acórdão 2622/2013 do Tribunal de Contas da União, com arredondamento de 2 (duas) casas decimais, e sua composição deverá seguir também a determinação da Lei Federal nº 14.973 de setembro de 2024.
- h) O percentual de ISS indicado no modelo de composição de BDI deve considerar, além das margens de alíquota previstas no Código Tributário Municipal, as possíveis deduções. Deste modo, em conformidade ao Acórdão 2622/2013 - Plenário, a Licitante deve indicar no seu BDI percentual de custo com ISS, observando a alíquota que lhe é pertinente. A sua base de cálculo efetiva deverá estar embasada na legislação municipal aplicável e em sua realidade de custos com este tributo, considerando inclusive sua opção quanto a deduções ou não de materiais, vedada a alteração de critério durante a execução do CONTRATO sob pena de imposição de sanções previstas no instrumento contratual.
- i) Nos preços unitários propostos deverão estar inclusos todos os custos com salários, inclusive as remunerações decorrentes da prestação de serviço em horas extras por parte dos empregados da CONTRATADA, além de encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, gratificação, fardamento, alimentação, transporte de qualquer natureza, procedimentos de sinalização e segurança do seu pessoal, de equipamentos e EPIs, inclusive de terceiros. Deverão estar incluídos ainda valores com organização de CIPA e demais requisitos legais de segurança e medicina do trabalho, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem

PROJETO BÁSICO Nº 258/2026

com o fiel cumprimento pela CONTRATADA de suas obrigações, inclusive todos os custos com fornecimento de materiais e demais insumos das obras e serviços a serem realizados.

- j) O reajustamento, quando ocorrer, terá a data-base do orçamento da licitação como referência, conforme previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.

13. SANÇÕES

O descumprimento das obrigações estabelecidas neste referido documento, no instrumento contratual e demais normas aplicáveis sujeitará a CONTRATADA às sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

Poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, conforme a gravidade da infração cometida, as seguintes penalidades: advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, declaração de inidoneidade, suspensão temporária de participação em licitação e rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

O atraso injustificado na execução dos serviços, o descumprimento dos prazos estabelecidos, a inexecução total ou parcial do objeto, o não atendimento às determinações da fiscalização, bem como o descumprimento das obrigações técnicas, operacionais, ambientais e administrativas previstas na contratação poderão ensejar a aplicação das penalidades cabíveis.


As infrações reincidentes poderão ser consideradas agravantes para fins de aplicação das sanções administrativas, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

A aplicação de multas não exclui a obrigação da CONTRATADA de reparar integralmente eventuais danos causados à Administração, a terceiros ou ao patrimônio público em decorrência da execução inadequada dos serviços.

As licitantes participantes do certame que deixarem de apresentar a garantia de proposta, quando exigida, ou a apresentarem em desconformidade com as condições estabelecidas pela Administração, estarão sujeitas às sanções previstas na legislação vigente, sem prejuízo das demais medidas administrativas cabíveis.

PROJETO BÁSICO Nº 258/2026

As penalidades aplicadas deverão observar os princípios da proporcionalidade, razoabilidade, interesse público e devido processo legal, considerando a natureza da infração, os prejuízos causados à Administração e as circunstâncias verificadas durante a execução contratual.

Documento assinado digitalmente
 **IRIS DANTAS MIRANDA**
Data: 26/05/2026 17:07:39-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Eng.^a Iris Dantas Miranda
Diretoria de Licitações
Mat. 838278